Sumário

Capítulo I – Princípios estruturantes do direito constitucional ambiental... 13

1. Noções preliminares 13

2. Princípio do desenvolvimento sustentável 14

3. Princípio do poluidor-pagador e a interpretação do Supremo Tribunal Federal 17

3.1. Responsabilidade civil objetiva 18

3.2. Prioridade da reparação específica do dano ambiental 20

3.3. Poluidor 21

3.4. Dano ambiental 23

3.5. O dano e suas classificações: dano material, dano moral e dano à imagem em face dos bens ambientais 24

3.6. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente 31

4. Princípio da prevenção 35

4.1. Prevenção ou precaução? O art. 225 da Constituição Federal e o dever de preservar os bens ambientais com fundamento na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF) assim como nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV, da CF) 37

5. Princípio da participação 41

5.1. Informação ambiental 42

5.2. Educação ambiental 43

5.3. Política nacional de educação ambiental 45

6. Princípio da ubiquidade 46

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7. Os direitos e deveres constitucionais coletivos, a proteção dos interesses difusos e coletivos e o direito ambiental brasileiro 47

8. O art. 225 da Constituição Federal como regra matriz do direito ambiental brasileiro 50

8.1. A existência no plano constitucional do direito material ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos: o primeiro aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal 51

8.2. A existência no plano constitucional do bem ambiental destinado ao uso comum do povo: o segundo aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal 54

8.3. A Carta Magna impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: o terceiro aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal 55

8.4. A defesa e a preservação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações: o quarto aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal 56

9. Natureza jurídica dos bens ambientais 58

10. A tutela constitucional dos recursos naturais em face do meio ambiente natural no direito ambiental brasileiro 67

Capítulo II – Tutela jurídica da energia vinculada ao direito ambiental brasileiro 69

Capítulo III – Tutela jurídica da água: os recursos hídricos, a geração de energia elétrica e a Lei n. 9.433/97 75

1. Introdução 75

2. Classificação 78

2.1. Quanto à sua localização com relação ao solo 78

2.2. Quanto ao uso predominante (conforme Resolução Conama n. 20/86) 78

3. Competência legislativa 78

4. Competência material 79

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5. Águas no novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002) 79
6. A água como recurso hídrico para fins de geração de energia elétrica e as Leis n. 9.427/96 (Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, disciplinando o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica) e 9.433/97 (Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos) 91

Capítulo IV – Tutela jurídica do petróleo 95

1. O petróleo e sua utilidade para a pessoa humana 95
   1.1. O que é o petróleo e do que é composto 96
   1.2. A origem do petróleo 103
   1.3. A distribuição mundial de petróleo 106
   1.4. O petróleo como recurso esgotável 109
2. A civilização do petróleo 113
3. O petróleo no Brasil 141
   3.1. Primeiras perfurações: o regime inicial da livre iniciativa 141
   3.2. Monteiro Lobato e o petróleo no Brasil 144
   3.3. A Petrobras e a nova tutela do petróleo 152
   3.4. A Petrobras e o petróleo no final do século XX e início do século XXI: a fase atual 158
4. A tutela jurídica do petróleo antes da Carta de 1988 170
   4.1. O petróleo na Constituição de 1824 e legislação infraconstitucional. 171
   4.2. O petróleo na Constituição de 1891 e legislação infraconstitucional. 174
   4.3. O petróleo na Constituição de 1934 e legislação infraconstitucional. 176
   4.4. O petróleo na Constituição de 1937 e legislação infraconstitucional. 181
   4.5. O petróleo na Constituição de 1946 e legislação infraconstitucional. 184
      4.5.1. A Lei n. 2.004/53: a Lei Petrobras 186
   4.6. O petróleo na Constituição de 1967 — EC n. 1/69 e legislação infraconstitucional 191
5. Constituição de 1988 e o petróleo: o petróleo como bem ambiental .. 194
   5.1. A Lei do Petróleo (Lei n. 9.478, de 6-8-1997) e a inconstitucionalidade do critério de "compensação financeira limitada" 201

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2. Fundo para a distribuição constitucional dos valores relativos aos *royalties* do petróleo, bem ambiental 209

Capítulo V – Tutela jurídica da biomassa renovável (biocombustível): o biocombustível e o biodiesel 225

1. Introdução 225
2. Tutela jurídica da biomassa renovável em face da agropecuária sustentável 226
   2.1. Fundamentos constitucionais da agropecuária como atividade econômica: agricultura e sua tutela jurídica 226
   2.2. A agricultura no plano jurídico ambiental em face do controle territorial 232
3. O biocombustível e o biodiesel em face da Lei n. 9.478/97 235

Capítulo VI – Tutela jurídica dos combustíveis nucleares e a energia nuclear 237

1. Os combustíveis nucleares (urânio, plutônio e tório) como bens ambientais 237
2. Reator nuclear como atividade destinada a produzir energia com combustíveis nucleares: a exigência constitucional de estudo prévio de impacto ambiental para sua instalação. O uso dos combustíveis nucleares em face do princípio da prevenção 254
3. Finalidades das atividades nucleares 266
4. Competência 267
5. Política nuclear na Constituição Federal 267
6. Sanções penais, sanções administrativas e obrigação de reparar os danos causados por atividades que usem combustíveis nucleares: a responsabilidade constitucional por dano nuclear 269
7. Comissão Nacional de Energia Nuclear 273

Capítulo VII – Tutela jurídica do ar (vento) e a energia eólica em face do direito ambiental brasileiro 275

1. Energia eólica como bem ambiental 275

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. Usina eólica como atividade destinada a produzir energia elétrica com o uso dos ventos: a exigência constitucional de estudo prévio de impacto ambiental para sua instalação. O uso dos ventos em face do princípio da prevenção 279

3. Sanções penais, sanções administrativas e obrigação de reparar os danos causados por atividades que usem o vento (usinas eólicas)..... 284

Bibliografia 287

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br